

MÃO-DE- OBRA INDÍGENA EM CORPOS DE TRABALHADORES

Patrícia Raiol Castro de Melo¹

Resumo: A criação dos Corpos de trabalhadores criados em 1838 pelo general Soares de Andréa, na Província do Gram-Pará, justificou-se pela necessidade de conter indivíduos ociosos na província, transformando-os, segundo o discurso do General em mão-de-obra útil no processo de reconstrução da mesma, arrasada pelos motins cabanos. No trabalho ora aqui proposto focalizar-se-á nestas corporações de trabalho, atentando especificamente àquela que basicamente a compunha: a mão-de-obra indígena, seguindo princípios de um ramo mais recente dos estudos históricos: a História indígena e do indigenismo e contribuir por esse viés à construção do saber histórico no que tange à sociedade amazônida, ainda mais por se tratar de um espaço que no referido período apresentava-se constituído pela expressiva presença deste contingente populacional.

Palavras-Chave: Estado, índio, Trabalho.

Abstract: The creation of the workers servants' Bodies in 1838 for the general Soares of Andréa, in the Province of Gram-Pará, was justified for the need of containing idle individuals in the province, transforming them, according to the speech of the General in useful labor in the process of reconstruction of the same, satiny for the mutinies cabanos. In the work for now here proposed will be focused in these work corporations, specifically attempting that that basically composed her: the indigenous labor, following beginnings of a more recent branch of the historical studies: the indigenous History and of the indigenismo and to contribute for that inclination to the construction of the historical knowledge in what plays á society amazônida, still more for treating of a space that in referred him period came constituted by the expressive presence of this population contingent.

Key-words: State, indium, Work.

1. O IHGB e a província do Pará

“Para um Brasil que vivia o processo político traumático das Regências, com o espectro da desagregação territorial do país pairando sobre as cabeças dos construtores do Império, preocupações intelectuais eram também preocupações políticas e sociais.” (COELHO, 1991:7)

No processo de construção da identidade nacional do país, como transformar uma construção política em nação? Como fazer uma população dispersa, demarcada por lealdades locais e provinciais, sentir-se parte de uma comunidade política chamada Brasil? Qual foi a estratégia da elite imperial para conseguir este objetivo?

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia vinculado à Universidade Federal do Pará e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado do Pará (FAPESPA).

José Murilo argumenta que a maior parte das elites acreditava que a monarquia era o símbolo indispensável para manter a unidade do País. É verdade que, no interior das elites, havia duas concepções distintas: uma que apoiava a continuidade da tradição portuguesa e a manutenção da Dinastia de Bragança e outra que aproximava a América dos Estados Unidos e, portanto, rejeitava a tradição cultural ibérica, vista como responsável pelo atraso do País. Diante dessas duas concepções, as elites encontraram na literatura um caminho intermediário, pois sem rejeitar a monarquia, o pendor americano foi acentuado por meio do indianismo romântico. (CARVALHO, 1998: 237-248).

Lílian Schwarcz aponta que, a partir dos anos 50, o imperador passa a tomar parte de um projeto maior: assegurar não só a realeza como destacar uma memória, reconhecer uma cultura (SCHWARCZ, 1998: 126), ganhando força o movimento que pretendia promover a autonomização da literatura brasileira, sob os moldes do romantismo e do indianismo que, no período de maior prestígio, alcançou além da poesia e do romance, a música e a pintura. (SCHWARCZ, 1998: 132-144).

Ainda conforme Schwarcz, a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, respondeu à lógica do contexto pós-emancipação política do país. Em suas mãos foi colocada a responsabilidade de criar uma história para a nação, formular uma memória para um país que deveria separar, a partir de então, seus destinos do da antiga metrópole europeia, consubstanciando os elementos necessários para a consolidação do Estado Nacional (SCHWARCZ, 1993: 99-140). Iniciava-se assim, a saga para obtenção de uma identidade própria e extinção da imagem de barbárie associada ao povo brasileiro.

A fundação do IHGB dera início à reflexão sobre a formulação de uma História nacional, fora onde os limites e as personagens desta história tiveram definição, cabendo ao indígena um lugar de destaque, em função da concepção linear de história que professavam os seus sócios (COELHO, 2005:13). A História construída por estes intelectuais colocava o indígena como ícone da identidade nacional. Um verdadeiro herói exaltado pela geração romântica de Alencar (BOSI, 1994: 91-160). A literatura encontrava no indígena o símbolo mais honroso, no sentido de se construir um passado. Era a imagem ideal que permitia indicar uma origem mítica e unificadora em contraposição ao negro, relacionado à escravidão (SCHWARCZ, 1998: 139-140).

Não obstante, muitos defendiam que a garantia do progresso e a consolidação dos valores europeus (tomadas como parâmetros de Civilização) só seriam alcançadas por meio do aperfeiçoamento dos caracteres que constituíam a população. Daí a defesa de estratégias que retirassem as populações indígenas de sua condição original e as integrassem à sociedade

brasileira. O *índio* constituiu, então, uma alternativa solitária, pois o mesmo não foi pensado em relação ao Negro, visto como empecilho ao progresso e ao alcance da Civilização (SCHWARCZ, 1993: 111-113).

Os intelectuais do IHGB esforçavam-se para tornar o *índio* um dos mitos da memória nacional, personificado em figuras como Iracema e Peri que, conforme as reflexões de Alfredo Bosi tornavam nulos os sinais que diferenciariam invasores e nativos, construindo na história nacional a imagem do índio herói belo e bom (BOSI, 1992).

No que diz respeito à província paraense, a definição da identidade em consonância com o Estado Nacional assumiu dimensão mais complexa, em função das condições econômicas e sociais da região. O cenário local compreende um quadro distinto do conjunto do Império, um contingente populacional que, em sua maioria, é formado por indígenas, aldeados e livres, tapuios e mestiços, pobres sem *instrução* e modos *civilizados* – um povo visto como uma *horda de selvagens!*²

Tal conjuntura se opunha ao clima de desenvolvimento que se ambicionava instaurar no país e, conseqüentemente, na Amazônia. Era importante determinar que lugar estes sujeitos ocupariam na sociedade que se pretendia construir. Tomada como *porção desvalida da humanidade*, dizia-se que as populações indígenas viviam errantes pelas “*brenhas*”, e que precisavam ser pacificamente civilizadas, através da educação, para que viessem a auxiliar no desenvolvimento das indústrias do país como braços livres, novos instrumentos de produção que eram.³

Discursos⁴ dessa natureza, muito difundidos nos jornais oitocentistas, apresentam formulações que se pretendem a expressão de necessidades urgentes daquele período. No entanto, devem ser compreendidos como reflexos da relação entre as autoridades políticas e as comunidades indígenas. Acompanhamos, aqui, as formulações de Mikhail Bakhtin, para quem o sentido do texto e a significação das palavras são frutos da relação entre sujeitos, ou

² Afirmação existente no Jornal *O Doutrinário*. Sabbado, 6 de Maio de 1848, n° 20 e 21.p. 3

³ *O Doutrinário*. Segunda-feira, 16 de Abril de 1849, n° 79.p. 2-3.

⁴ O pesquisador deve perceber a *Heterologia* dos discursos, isto é, a diversidade de vozes ou enunciados contidas em um texto (conforme BARROS, Diana Luz Pessoa de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. In: *BRAIT, Beth (Org.). Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. 2.ª ed. Rev. – Campinas, SP: UNICAMP, 2005. pp. 25-36) para que consiga trazer à tona fragmentos da realidade a ser estudada. Bakhtin (BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1997) defende a palavra, enquanto signo ideológico por excelência, pois, produto da interação social, sua maior característica seria a pluralidade. Por isso, é o lugar privilegiado para a manifestação da ideologia, ao retratar as diferentes formas de significar a realidade, segundo vozes e pontos de vista daqueles que a empregam. Ver ainda as considerações de BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. *Introdução á análise do discurso*. 2ª ed. rev. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2004.p.9.

seja, constroem-se na produção e na interpretação dos textos, visto que a realidade fundamental da linguagem é a interação (BARROS, 2005: 25-35).

Frente ao projeto civilizacional do Estado, as populações indígenas desempenhavam, por vezes, um papel de *resistentes e receptivos*. Relatos freqüentes noticiavam as fugas dos estabelecimentos criados pelo Estado para submetê-los. Não obstante, apareciam como seres redimíveis, passíveis de serem retirados de sua condição *bárbara e errante*. “Retirá-las da matas!” era a forte premissa que movia as autoridades paraenses, quando se voltavam para estas populações. Para isso, a estratégia era introduzir entre os índios, elementos cristãos e tratá-los com brandura. Como é possível perceber nos discursos do Exm^o Snr. Ministro do Império, retirado do *Treze de Maio*:

O que se deve fazer então é introduzir entre os índios necessidades fictícias, proporcionar-lhes meios de aprenderem a satisfazê-las com facilidade, tratá-los com brandura, mover a sua imaginação com o espetáculo magestoso de nossas ceremonias Religiosas, tocar o seu coração com a pureza da doutrina do Evangelho, He sem duvida o essencial (TREZE DE MAIO, 1845)⁵

Os mecanismos utilizados pelos missionários apareciam, portanto, como uma importante ferramenta de condução do “selvagem” à civilização. Os índios precisavam apenas de auxílio, para alcançarem a civilização e, finalmente preparados, *abraçarem a vida social*, transformando-se em indivíduos “úteis” á sociedade e até felizes:⁶ braços livres, necessários ao desenvolvimento do país, conforme afirmação do *O Doutrinário*:

“Essa desvalida porção da humanidade que ali vaguêa pelas nossas brenhas, são homens, são novos instrumentos de produção que adquirimos, são braços livres que vêm auxiliar as industrias do paiz.”(O DOCTRINÁRIO, 1849: 2-3)⁷

Só desse modo, poderiam ser retirados das matas e introduzidos na sociedade dita civilizada, deixando de perturbar a *Ordem* e a *Segurança Pública*. Essa preocupação com a *tranqüilidade pública* é constante desde os anos de 1834, quando a política empreendida por Lobo de Sousa já demonstrava a urgência em combater quaisquer indícios de forças insurrecionais (NETO, 1992: 273). O então presidente criara, na Província, os cargos de *Comandantes militares*, atitude que renunciava a preocupação com as ameaças cabanas, perturbadoras da *Ordem*, da *Tranqüilidade* e *Segurança pública*.

⁵ Retirado do Jornal *Treze de Maio*. Sabbado, 15 de Março de 1845-20^o trimestre. In: Continuação do Relatório do Exm^o Snr. Ministro do Império, que vem do n^o 487.

⁶ Expressão retirada do Jornal *Treze de Maio*, 24 de Setembro de 1848, n^o 838. pp. 4-5.

⁷ Jornal *O Doutrinário* de Segunda-feira 16 de Abril de 1849, n^o 79, 4^o série, pp. 2-3.

Essa política, iniciada por Lobo de Sousa, tivera seu prolongamento com a determinação de criação dos *Corpos de Trabalhadores* da Província.

2. Corpos de trabalhadores: um desdobramento

Os Corpos de trabalhadores foram criados oficialmente pelo então presidente da província General Francisco José de Sousa Soares de Andréa,⁸ a partir da Lei nº 2 da Assembléia Legislativa Provincial de 25 de Abril de 1838, cuja criação fora justificada pelo discurso de necessidade de contenção da ociosidade na província paraense. O ócio era considerado como um dos principais responsáveis pelas rebeliões do povo cabano. Daí serem tais corpos de trabalho destinados ao serviço da lavoura, do comércio e de obras públicas nos quais seriam empregadas a força de trabalho de índios, mestiços e Pretos, que não fossem escravos, e não tivessem propriedades, ou estabelecimentos a que se aplicassem constantemente.

Segundo o general Andréa uma organização sistemática de trabalho desarticulária os cabanos, atraindo os que vagavam sem profissão definida; ao serviço de reconstrução material e sustento da província, até então arrasada pelos motins. Por esse mecanismo político não somente o problema urgente da falta de mão-de-obra seria resolvido, mas a tranqüilidade pública e as forças vitais da província também seriam recuperadas.

Instituir corpos de trabalho apresentava-se como o mecanismo que viria restituir a economia e a ordem provincial, coordenar e fortalecer o tripé: indústria, lavoura e comércio sob o qual se apoiava a política empreendida pelas autoridades paraenses, além de viabilizar a disciplinarização, civilização e o progresso necessário, conforme ideais apregoados pela elite letrada á frente do processo de construção e consolidação do Estado imperial.

Em meio á luta pela ordem e pela consolidação do Estado Nacional, buscava-se um modelo diferente da realidade que se afigurava. Lutava-se contra o cenário corrompido pela imoral vadiagem, a desordem, a barbárie e almejava-se um povo *modelo*, que representasse uma nação civilizada. Estes ideais civilizacionais particularmente na província paraense tomam uma dimensão mais complexa, em função das condições econômicas e sociais da região. A definição de identidade em consonância com o Estado Nacional molda-se a partir das especificidades locais, que num cenário distinto do conjunto do império, compreendem um contingente populacional formado em sua maioria por indígenas, aldeados e livres,

⁸ Por carta imperial de 4 de novembro de 1835 Francisco José de Sousa Soares de Andréa fora presidente da Província do Pará, de 9 de abril de 1836 a 7 de abril de 1839, onde combateu a cabanagem.

tapuios e mestiços, pobres sem instrução e modos civilizados. Um povo “selvagem” e “errante”, que como braços potencialmente importantes para a produção, precisavam ser pacificamente civilizados.

Foram estalados na província nove corpos de trabalhadores nos respectivos municípios de Belém, Cametá, Vigia, Santarém, Macapá, Bragança, Gurupá, Marajó e Rio Negro, dentre os quais é visível a diversidade de recrutados, neles encontra-se trabalhadores brancos, mamelucos, mulatos, pretos e índios. Sendo predominante, contudo, a mão-de-obra indígena.

Formou-se na Província corpos de “obreiros fixo e hierarquizado” (SALLES, 2005: 308-338) e a Lei de 1838 seguiu-se em agosto do mesmo ano, a publicação de um Regulamento para melhor organizá-la. Posteriormente em 1840 e 1841, pelas Leis de número 84 e 91, foram feitas algumas emendas à Lei primitiva, mantendo-se, porém, em essência o princípio que a originara. Isto é, a arregimentação forçada do trabalhador livre do Pará, direcionados principalmente á obras públicas.

Em anos finais da década de quarenta, contudo, supostamente alcançada a tão almejada tranqüilidade pública, as corporações de trabalhadores começaram a ser representadas como aquelas que necessitavam de urgentes reformas, aonde são encontradas denúncias de abuso de poder e verdadeira disputa entre as os comandantes destes corpos e as autoridades locais que a pretexto do serviço público, empregavam gratuitamente e com rigor á essa mão-de-obra “pública” á seu serviço particular ou mesmo de seus amigos mais íntimos. Esta espécie de servidão gerada, segundo explicação do Presidente Jerônimo Francisco Coelho,⁹ fora resultado do não desenvolvimento da Lei que não sofrera o acompanhamento do devido Regulamento, organizado naquele mesmo ano, nem das reformas das leis posteriores de 24 de outubro de 1840 e 12 de junho de 1841. É o que o leva a apontar duas espécies de abusos opostos, que teriam se formado: *opressão* e *relaxação*. De modo que a insistência na existência dos corpos seria o mesmo que desprezar a dignidade humana e a ofender a liberdade de indivíduos do interior da província, pelos violentos métodos de recrutamento que utilizava. Ainda assim a existência dos corpos permaneceu até meados de 1859, quando oficialmente extintos por carta de lei.

Trabalhos que apresentem os corpos de trabalhadores enquanto principal objeto de estudo são escassos. Existem trabalhos que os mencionam, em geral, quando do estudo da Cabanagem. Domingos Antônio Raiol (RAIOL, 1970), por exemplo, lembra a existência

⁹Falla dirigida pelo exm.o snr. conselheiro Jeronimo Francisco Coelho, presidente da provincia do Gram-Pará, á Assembléa Legislativa Provincial na abertura da sessão ordinaria da sexta legislatura no dia 1.o de outubro de 1848. Pará, Typ. de Santos & filhos, 1848. Ver em: <http://www.crl.edu/content/brazil/para.htm>.

destes Corpos, quando de sua abordagem ao que considera o maior dos vários “*Motins políticos*” ocorridos. Raiol defende a criação dos *Corpos*, pelo General Soares de Andréa, como necessário á moralização e o fim da vadiagem de mestiços, índios e negros da Província, necessárias á desmobilização da Cabanagem.

Vicente Salles, ao focar suas investigações nas ações dos negros na Cabanagem (SALLES, 2005: 295-312), também atribui o sentido da criação dos Corpos, à desarticulação dos cabanos, complementando, porém que, a Lei de 1838, não fora acompanhada do necessário desenvolvimento, o que explicaria os notáveis abusos, opressão e relaxação das autoridades locais. Para este autor, a Lei que deveria refrear o ímpeto rebelde da população, arrancando-a da ociosidade, dando-lhe trabalho, transformou-se na mais ampla escravidão.

Em seu trabalho sobre a cabanagem Ítala Bezerra da Silveira (SILVEIRA, 1994: 147-247) conclui que o movimento cabano fora uma luta de classes, em que os cabanos teriam saído desfavorecidos, sendo reduzidos á condição de *Servos de Gleba*. O resultado do heroísmo cabano, fora o aprisionamento, nos Corpos, de toda força de trabalho ainda livre, existente no Grão-Pará. Daí, o título de sua obra: “Cabanagem: uma luta perdida para a liberdade.”

Bárbara Weinstein¹⁰ é taxativa na afirmação de que, desde o começo, os Corpos de Trabalhadores representaram fracasso, pois na Província não havia força militar suficiente para patrulhar a vasta região, além de vencer a resistência ao recrutamento (WEINSTEIN, 1993:60).

Dentre os já citados o trabalho de Cláudia Fuller é o único que pretende uma compreensão dos corpos. A autora tenta recuperar as noções e projetos que orientaram a constituição dos discursos das elites, relativos ao ordenamento da Nação e enfatiza que tais discursos girariam em torno das noções de educação, civilização e progresso para o Brasil, de modo que a existência dos Corpos estaria relacionada, a outros discursos de âmbito nacional (FULLER, 1999).

Carlos de Araújo Moreira Neto, também na discussão sobre a cabanagem, compreende uma luta contra a permanência colonial, expressa no domínio e na opressão da classe dominante de brancos, em sua maioria proprietários. Em sua análise tais Corpos de trabalho representavam o retorno de velhas bases da economia amazônica. O poder fora usado, para reforçar métodos tradicionais de exploração de trabalho indígena, aldeado ou tapuio (NETO, 1992: 273-278).

Nesse sentido até aqui, os chamado corpos de trabalhadores são compreendidos pela historiografia, como instituição resultante da estratégia política de autoridades políticas que figuravam no cenário paraense, isto é, *um desdobramento* para conter motins Cabanos, uma forma de conter os levantes, controlar a massa e pacificar a cidade, paralela á necessidade de reconstrução material e econômica da mesma, contudo, é importante o esclarecimento de que a pesquisa ora aqui proposta, espera contribuir não somente á historiografia que trata dos Corpos de trabalhadores, mas principalmente á História indígena e do indigenismo, quando da observação do indígena como sujeito ativo e responsável por sua história e consciência dela. Apenas um, dos diversos caminhos possíveis, para a construção e a reflexão em torno de uma história dos índios na Amazônia no seio do império brasileiro em construção, por vezes refletido em atitudes políticas das autoridades que figuravam no cenário paraense. Estes Corpos de trabalhadores tradicionalmente mencionados por estudiosos da Cabanagem serão, portanto apenas viés de análise para a observação e, por conseguinte aumento da visibilidade da importância do elemento indígena enquanto objeto central da pesquisa em andamento.

Referências bibliográficas

- BOSI, Alfredo. O Romantismo. *In: _____ História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994. pp. 91-160.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de Barros. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. *In: BRAITH, Beth (Org.). Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. 2ªed. Ver. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de. A imagem romântica do País. *In: _____ Pontos e Bordados: Escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- COELHO, Geraldo Mártires. **Rito e memória**. Belém: UFPA, 1991.
- COELHO, Mauro Cezar. **Índios e Historiografia. Os limites do problema: o caso do Diretório dos índios**. Ciências humanas em Revista/ Universidade Federal do Maranhão. Centro de Ciências humanas, São Luís, 2005. V.3, n.1.
- FULLER, Cláudia. **Os corpos de Trabalhadores: política de controle social no Grão Pará**. Fascículos LH: Laboratório de História/Departamento de História/UFPA, nº 1, 1999.
- NETO, Carlos de Araújo Moreira. Igreja e Cabanagem (1832-1849). *In: HOORNAERT, Eduardo (Coord.). História da igreja na Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- RAIOL, Domingos Antônio, Barão de Guajará. **Motins políticos ou história dos principais acontecimentos Políticos da Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. 2 ed. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970(1865-1891).
- SALLES, Vicente. A cabanagem: uma rápida visão da guerra popular. *In: _____ O negro no Pará: sob o regime de escravidão*. 3.ed.rev.ampl.-Belém: IAP, Programa Raízes, 2005.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARCZ, Lilian Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SILVEIRA, Ítala Bezerra da Silveira. **Corpos de Trabalhadores servos de gleba? In: _____.** **Cabanagem: uma Luta perdida**. Secretaria de Estado da Cultura, Belém-Pará, 1994.

WEINSTEIN, Bárbara. **A borracha na Amazônia: expansão e decadência (1850-1920)**. São Paulo: Hucitec, 1993.